

Working Paper CEsA CSG 150 / 2017

NARRATIVA EMERGENTE CONTRA A INDÚSTRIA EXTRACTIVA EM TETE: renegociando instituições através de protestos populares?¹

Andes CHIVANGUE

Resumo

O presente artigo discute a interação de cinco variáveis fundamentais, nomeadamente protestos populares, responsabilidade social empresarial (RSE), arranjos institucionais, desenvolvimento local e inclusão social. Esta análise foi desenvolvida com recurso ao Structural Equation Modeling (SEM), concretamente na modalidade da Análise Factorial Confirmatória (AFC). Os resultados mostram forte relação de causalidade entre protestos populares e arranjos institucionais. Contudo, os reajustamentos dos dispositivos legais do sector mineiro não se têm traduzido na melhoria das condições de vida das famílias afectadas pela actividade mineira em Tete.

Palavras-Chave Protestos populares, indústria extractiva, análise factorial confirmatória e arranjos institucionais.

¹ O presente artigo resulta de uma pesquisa financiada pela Fundação Calouste Gulbenkian.

WORKING PAPER / DOCUMENTO DE TRABALHO

*O CEsA não confirma nem infirma
quaisquer opiniões expressas pelos autores
nos documentos que edita.*

O **CEsA - Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina** é um centro de investigação que se tem dedicado ao estudo do desenvolvimento económico, social e cultural dos países em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina, com especial ênfase no estudo dos países de língua oficial portuguesa, China e Ásia-Pacífico. Além disso, promove a investigação noutros tópicos, teóricos e aplicados, dos estudos de desenvolvimento noutras regiões, tentando promover uma abordagem multidisciplinar e uma interligação permanente entre os aspetos teóricos e aplicados da investigação.

O **CEsA** está atualmente integrado no **CSG - Investigação em Ciências Sociais e Gestão**, um consórcio de I&D criado em 2013 no ISEG por quatro dos seus centros de investigação - ADVANCE, CEsA, GHES e SOCIUS. Classificado como “Excelente” no âmbito do último processo de Avaliação de Unidades de I&D promovido pela FCT, o CSG conta com mais de 200 investigadores, incluindo professores do ISEG, docentes de outras escolas, investigadores independentes, bolseiros de pós-doutoramento e estudantes de doutoramento. As atividades do CSG fornecem um enquadramento de alto nível para a investigação e o ensino, tanto a nível nacional como internacional.

O CEsA participa ativamente nas atividades de ensino do ISEG, nomeadamente, no Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional e no Doutoramento em Estudos de Desenvolvimento / *Development Studies*, fundamentalmente a dois níveis: através do apoio que dá a esses cursos e da lecionação, pelos seus membros, de várias unidades curriculares, bem como da supervisão de teses e dissertações finais dos alunos. Organiza, igualmente, seminários e conferências ao longo de cada ano letivo, separadamente ou em colaboração com o Mestrado e o Doutoramento.

A internacionalização é também um objetivo importante e que tem sido perseguido através da participação em redes internacionais e programas conjuntos de investigação, bem como na criação de incentivos para ajudar os seus investigadores a aumentar o número de publicações em revistas internacionais de reconhecido mérito.

O AUTOR

Andes CHIVANGUE

Ph.D. Docente e investigador na Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique. E-mail: chivangue@gmail.com. O presente artigo resulta de uma pesquisa financiada pela Fundação Calouste Gulbenkian.

CONTEÚDOS

1.INTRODUÇÃO	4
2.REVISÃO DA LITERATURA.....	6
3.METODOLOGIA.....	14
3.1.HIPÓTESE TESTADA:	16
3.2.DEFINIÇÃO DE CONCEITOS (variáveis latentes):	16
4.MODELO E RESULTADOS.....	20
4.1.VARIÁVEIS E SUAS DESIGNAÇÕES	20
4.2.O MODELO (Análise Factorial Confirmatória)	21
4.3.TABELA DE RESULTADOS (não padronizados).....	21
5.DISSCUSSÃO	24
6.CONCLUSÕES.....	27
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	28

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos 10 anos África reemergiu como epicentro de mais um *scrumble* pelos recursos naturais. De facto, o *boom* das matérias-primas desmobilizou a velha imagem de um continente visto internacionalmente como o outro-distante (*distant other*) e no seu lugar espalhou a narrativa de África como a *nova fronteira* do mundo dos negócios (Bach 2013), para onde passaram a afluir desde empresas de países emergentes - responsáveis pela valorização desses recursos no mercado internacional - às grandes companhias historicamente estabelecidas no sector do petróleo, gás e minerais. É neste quadro que se insere Moçambique, conhecido no mundo académico e na indústria do desenvolvimento por *donor darling* (Hanlon 2004), cujo crescimento económico e a aliança com os doadores externos alimenta a ideia, por muitos autores considerada ingénua, segundo a qual o desenvolvimento pode ser promovido a partir da atracção de fluxos de Investimento Directo Estrangeiro [IDE] (Castel-Branco 2015, Söderbaum 2007). No entanto, a natureza de enclave própria da indústria extractiva, as persistentes desigualdades sociais resultantes da incapacidade do crescimento económico em reduzir a pobreza, o engajamento das elites no mundo dos negócios e ausência de transformação estrutural colocam em cheque toda esta diegese de prosperidade e desenvolvimento que o executivo e seus aliados externos insistem em difundir.

Efectivamente, esta narrativa de Moçambique como o novo *El Dourado* (Mosca e Selemane 2011) traz à tona questões muito anteriores à expansão do investimento estrangeiro no país, acentuando a dificuldade do executivo em gerar *spillover-effect* através de políticas públicas consistentes e coerentes com as possibilidades do país. Com efeito, o crescimento

do Produto Interno Bruto (PIB) - bandeira do governo e dos doadores na legitimação do modelo económico neoliberal – assenta essencialmente na escassa economia formal à volta dos megaprojectos e no emergente sector privado dominado por político-empresários. Assim, as políticas públicas nacionais mostram forte continuidade com o período da modernização coerciva, no qual imperavam lógicas de governação *top-down* como o vanguardismo do partido Frelimo, preferência por grandes projectos como machambas estatais e um persistente autismo das lideranças em relação às populações que, por consequência disso, se mostram cada vez alienadas da política nacional.

Visto sob este ponto de vista, e contrariamente ao que pareceria óbvio, as rupturas ao nível das instituições formais, garantidas pela independência nacional, passaram a coexistir com lógicas anteriores datadas da hegemonia colonial, assentes essencialmente em reformas como a do projecto de civilização dos colonizados através da política da assimilação, engenharia social posteriormente adoptada pela própria Frelimo, mas desta feita, sob o epíteto de *Homem Novo* (Cahen 1993, Macagno 2009, Sumich e Honwana 2007, Sumich 2008 e 2010). Efectivamente, no contexto colonial, toda a economia e política propunham-se somente satisfazer as necessidades da crescente população branca local e da metrópole, sendo que as infra-estruturas foram pensadas para realizar esse objectivo. Contudo, a recente corrida pelos recursos naturais veio perpetuar o padrão extravertido da economia nacional e as elites locais reajustaram os seus interesses económicos e objectivos de política, procurando cumprir as suas antigas aspirações de modernização da população moçambicana através dos parques dividendos gerados pela indústria extractiva. Portanto, o ideal de uma crescente convergência no sentido de produção de instituições económicas e políticas inclusivas (Acemoglu e Robinson 2012) no país parece constituir uma miragem e as comunidades

hospedeiras, começam a reagir ao abandono do governo e à ineficácia das suas políticas recorrendo a protestos populares.

2. REVISÃO DA LITERATURA

O debate sobre a indústria extractiva em Moçambique está focado na renegociação dos contratos, transparência e efeitos das actividades dos grandes projectos nas comunidades hospedeiras. De acordo com Selemane (2013), depois de muitos anos de discussão sobre a dependência de ajuda a tendência nos últimos anos é de mudança para a área dos recursos naturais. A sociedade civil e as instituições de pesquisa questionam a concessão de excessivos incentivos fiscais aos grandes projectos extractivos. A análise académica sobre a relação entre recursos naturais e desenvolvimento varia desde a abordagem da *resource curse* à economia política. Por exemplo, para Bucuane e Mulder (2007) o facto de muitos dos recursos explorados em Moçambique não serem renováveis coloca o risco de o país poder sofrer da *Dutch disease*. Esta afirmação pode ser discutida em duas perspectivas: primeiro, se considerarmos a obsessão do governo Moçambicano pelas baixas taxas de inflação, sendo que esta tendência é consistente com o modelo neoliberal, o perigo pode ser real. De acordo com Saad-Filho e Weeks (2013) e Bebbington et al. (2008), a sabedoria convencional influencia os governos dos países em desenvolvimento a não intervirem muito na esfera económica. Lidando com as políticas fiscal e monetária, e concordando com o facto de a *resource curse* ser mais um problema de políticas do que propriamente dos recursos em si, existem poucas chances de o governo usar instrumentos de política que levem a um processo desenvolvimentista.

Segundo, Chang (2012) refere que, com a excepção da África do Sul e a República Democrática do Congo, poucos países africanos são dotados de mais do que um recurso natural, realidade que vai contra a percepção generalizada propalada pela sabedoria convencional. Antes das descobertas das reservas de gás na bacia do Rovuma o enfoque estava no alumínio, um dos maiores produtos de exportação do país, não obstante sua matéria-prima ser importada e apenas processada no país para futura exportação. Actualmente, espera-se que Moçambique se torne no terceiro maior exportador de Gás Natural Liquefeito (GNL), depois do Qatar e Austrália.

Porém, apesar de discutir o impacto dos recursos naturais na economia utilizando a abordagem clássica da *Dutch disease* e *resource curse*, Biggs (2012) coloca uma questão interessante: que políticas podem ser implementadas para aumentar as perspectivas de gestão satisfatória do presente *boom* dos recursos naturais? A análise concentra-se nas vulnerabilidades através das quais as doenças acima apontadas podem afectar a economia. De facto, seu estudo sugere que a volatilidade da taxa de câmbio aumentou na última década, um incremento de 40% de uma média de 2.6% na primeira metade da década para 3.7% na segunda. Assim, colocando estas estimativas em perspectiva, a volatilidade da taxa de câmbio de Moçambique é quase duas vezes mais alta tal como em países desenvolvidos onde a média ronda entre os 2% e 2.5% em termos de exportações. Portanto, de acordo com o anteriormente referido, o país está a mover-se do alumínio para o gás e carvão e estas duas *commodities* são mais voláteis do que a primeira.

No que concerne à capacidade institucional do Estado, estudos recentes vem revelando o facto de Moçambique necessitar de mão-de-obra qualificada, sobretudo ao nível provincial e distrital, para lidar com as poderosas multinacionais que operam no sector

mineiro e de hidrocarbonetos. O mesmo problema é também encontrado nos ministérios que gerem as questões de licenciamento, pesquisa, produção, comercialização e exportação das matérias-primas. O Estado moçambicano não possui um sistema de avaliação de recursos naturais nem um sistema autónomo de verificação das quantidades e qualidade exportada pelas companhias, baseando-se apenas na informação providenciada pelas empresas (Selemane 2013).

Entretanto, quando visto no contexto dos indicadores de governação em África, Moçambique apresenta melhores instituições que Angola, Congo e Nigéria (Bucane e Mulder 2007). Não obstante, esta comparação pode induzir em erro na medida em que o país está a ser comparado com os piores, o que significa que está na 7ª posição contando do último para o primeiro num conjunto de 21 países. Efectivamente, Biggs (2012) afirma que Moçambique é uma democracia nascente, em que o governo central continua a ter um controlo frágil de todo o sistema e os governos locais têm capacidade limitada para gerir a qualidade das instituições e questões económicas. No conjunto, o país não está no ponto de partida ideal para lidar com o *boom* dos recursos naturais, particularmente se olharmos para a experiência de países semelhantes.

Apesar deste quadro, Moçambique tem mostrado alguns sinais de pretender ajustar os instrumentos legais e políticos às actuais dinâmicas, sendo o exemplo disso as mudanças efectuadas aos dispositivos legais relacionados com a indústria extractiva. Efectivamente, a lei do petróleo removeu o monopólio de pesquisa que a companhia Nacional de Hidrocarbonetos detinha, tornando-se apenas representante dos interesses do Estado no sector. Assim, em 2004 foi criado o Instituto Nacional do Petróleo (INP) para regular as operações da área dos hidrocarbonetos no país. Não obstante, estas iniciativas estão limitadas

e mesmo este processo de reajustamento dos arranjos institucionais formais não é consensual pois as desarticulações sectoriais persistem. Por outro lado, estas iniciativas podem constituir o resultado da crescente pressão da sociedade civil, embora autores como Augé (2014) argumentem que ela ainda é muito fraca e nalguns casos com alguma compreensão deturpada das questões ligadas à indústria extractiva. O autor dá o exemplo do Centro de Integridade Pública que procedeu a uma interpretação errada de alguns contratos assinados entre o governo e as multinacionais extractivas.

Todavia, uma das razões porque a economia não beneficia da extracção dos recursos naturais está relacionada com os incentivos fiscais e, de acordo com o CIP (2013), o mais problemático dos incentivos é o imposto de produção fixado em 3% enquanto noutros países está situado na ordem dos 5 a 7%. Adicionalmente, enquanto alguns incentivos duram entre 10 a 20 anos, outros subsistem para todo a vida útil do projecto. Assim, alguns projectos vão esgotar os recursos que exploram antes de a companhia começar a pagar impostos justos ao país, frustrando as expectativas dos cidadãos moçambicanos, verdadeiros donos dos recursos. Na mesma perspectiva, Castel-Branco (2011) já havia referido que a médio prazo as grandes empresas multinacionais no complexo mineral energético terão um potencial fiscal ocioso (devido aos benefícios fiscais de que gozam) que será superior ao orçamento geral do Estado concedido pelos doadores. A mobilização deste potencial fiscal ocioso poderia expandir a receita para 25%-30% enquanto ao mesmo tempo reduziria a dependência externa do orçamento geral do Estado de 48% para 37%.

No sentido contrário à argumentação geral acerca do crescimento impulsionado por megaprojectos com incentivos fiscais generosos, Sonne-Schmidt et al. (2009) apontam que estes investimentos não constituem a principal fonte do aumento do Produto Interno Bruto

(PIB) nem que todas as actividades estagnariam se fossem removidos os megaprojectos da equação. Contudo, os autores assumem que estes grandes projectos podem contribuir em 12% para o crescimento. Assim, um dos maiores problemas desta estratégia de desenvolvimento ancorada na indústria extractiva é que, além de ser capital intensiva e não criar emprego, penaliza as pequenas e médias empresas e os cidadãos. Considere-se o exemplo da Mozal que consome cerca de 65% da electricidade produzida em Moçambique. Esta constitui uma taxa muito alta de consumo de recurso natural comparativamente ao retorno que a companhia dá ao país. Entretanto, o mais intrigante ainda é o facto de esta companhia beneficiar de redução na tarifa da energia enquanto os cidadãos moçambicanos com electricidade, incluindo as pequenas e médias empresas, pagam cinco vezes mais do que a Mozal. (Jubilee Debt Campaign 2012).

Na esteira do acima explicitado, Castel-Branco (2010) reitera que uma das características duma economia extractiva é a sua dependência numa classe capitalista nascente para o acesso às rendas dos recursos naturais e, conseqüentemente, a sua submissão às dinâmicas de acumulação capitalista global. Dado o facto de o acesso aos recursos naturais e as ligações com as multinacionais requerer, ou ser facilitada por, ligações políticas através do Estado, o processo de acumulação baseado nas rendas dos recursos naturais e numa economia extractiva tende a constituir a aliança directa entre acesso ao poder público e os recursos, tal como o desenvolvimento de um Estado focado na promoção nacional de oligarquias financeiras e na facilitação da sua aliança com o capital financeiro internacional.

Este argumento está em consonância com o estudo de Jubilee Debt Campaign (2012) pois os grandes projectos providenciam altas taxas de crescimento económico, lucros e oportunidades de receitas para as elites Moçambicanas. Deste modo, alguns destes projectos

são financiados por governos e instituições comprometidas com a redução da pobreza nos países em desenvolvimento, nomeadamente o Reino Unido, Alemanha, Canadá, Banco Mundial. No caso da Mozal estima-se que Moçambique receba apenas 15 milhões de dólares por ano em impostos e lucros. Enquanto isso, a BHP Billington, o principal parceiro, recebe 114 milhões de dólares.

Contrariamente ao que referem Rodo et al. (2012), o país possui programas de conteúdo local e existe um crescente indício de que a elite está a mover-se através aquelas programas para o sector extractivo. A questão que se coloca é: considerando a complexidade das operações na indústria extractiva, de que forma estas companhias nacionais se vão integrar e servir esta indústria? Resultados mistos começam a surgir. Por exemplo, Selemane (2009) argumenta que estes empresários irão manter o padrão de *rent seeking* que consiste basicamente na transacção de licenças de pesquisa de petróleo. Na mesma linha de raciocínio, um estudo mais elaborado, sobre as empresas que fornecem serviços à Mozal, apresentado por Langa e Mandlate (2013) mostra a existência de programas de conteúdo local desenvolvido pelo governo, através do Centro de Promoção de Investimentos, designado SMEELP. Este programa permitiu aumentar o conteúdo local de 4% para 14%. Algumas das empresas do estudo de caso são citadas como tendo ligações com a elite política.

Consentâneo com o argumento do parágrafo anterior, a pesquisa do CIP sobre a “Exportação do Gás de Pande Temane Para a África do Sul”, ao descrever os accionistas do projecto da SASOL, refere que “[o]s dividendos são repartidos de acordo com a parcela de propriedade da empresa: 70% para ENH, 20% para o Estado moçambicano e 10% para accionistas privados moçambicanos” (CIP 2013,5). O facto de não se saber quem são esses

accionistas individuais que beneficiam dos 10% poderá ser usado também como indicativo do facto de a indústria extractiva estar a ser usada para acumulação primitiva.

Outro estudo, neste caso sobre a Kenmare, refere que a obsessão de Moçambique por uma estratégia de crescimento económico ancorada na atracção do IDE, sem se preocupar com a forma como esse investimento é feito e a quem beneficia, resulta da esmagadora influência dos doadores (Brynildsen e Nombora 2013). Esta constatação parece reproduzir o padrão de desculpabilização muito comum no discurso oficial e revela-se inconsistente com algumas opções que o governo tomou mesmo com forte oposição dos parceiros internacionais, sobretudo o Banco Mundial. Neste sentido, a criação de um banco de desenvolvimento constitui um exemplo ilustrativo. O facto é que, se é verdade que a comunidade doadora exerce sua influência nas principais políticas nacionais, essas alternativas sugeridas ou impostas pela comunidade doadora são emuladas e ajustadas às estratégias de manutenção de poder e dos interesses económicos das elites ligadas ao Estado e à Frelimo.

Este estudo acrescenta que o domínio da Frelimo em todas as esferas acaba por tornar fluidas as fronteiras entre os três poderes e, sendo o presidente o principal interveniente do sistema político, essa situação acaba por ter reflexos nas relações comerciais onde a elite apresenta fortes interesses. E uma dessas influências nefastas está na forma como os megaprojectos são geridos. Por exemplo, *“a Kenmare, após seis anos de produção, os impostos pagos pelos funcionários excedem em muito a soma de impostos pagos pela própria empresa”*. Portanto, são situações como esta que explicam o facto de o sector extractivo em Moçambique ter representado 10% das exportações em 2010, contribuindo com apenas 3,3% das receitas fiscais totais (Brynildsen e Nombora 2013,13).

Todo este quadro torna legítimos os temores relacionados com o aumento da corrupção e a deterioração da governação. Nesta perspectiva, Hofmann e Martins (2012) referem-se ao facto de as instituições estatais no país serem dominadas pela Frelimo, detentora do poder desde a independência, e membros do governo são accionistas de grandes empresas tanto do sector estatal quanto privado². Resultante da pressão de diferentes actores sociais, só recentemente é que foi aprovada a lei de probidade pública para lidar com as questões de conflitos de interesses mas ainda não são conhecidos os efeitos práticos deste dispositivo legal. Os autores frisam também o facto de não haver uma estratégia de desenvolvimento estatal para a utilização das receitas do sector extractivo.

Efectivamente, apesar do crescimento impulsionado e concentrado na extracção dos recursos naturais e a descoberta de reservas de gás na bacia do Rovuma, o país ainda não conseguiu conceber uma estratégia de desenvolvimento nacional assente numa forte visão de futuras necessidades e prioridades políticas que não sejam determinadas por forças externas (Hofmann 2013). Até ao presente, a estratégia de desenvolvimento económico limita-se aos PARP's. Por isso, apesar de o país poder se tornar no terceiro maior exportador de gás no mundo, as possibilidades de alteração da estrutura produtiva são limitadas.

² Para maior aprofundamento veja-se o artigo de Chivangue e Cortez (2015) sobre redes de políticos e empresários em Moçambique.

3. METODOLOGIA

A presente análise foi feita com recurso a uma base de dados composta por 306 observações válidas, extraídas de uma amostra de 400, de um universo de aproximadamente 2044 famílias de Mualadzi, Cateme e Bairro 25 de Setembro, no distrito de Moatize, em Tete. As duas primeiras comunidades resultam dos processos de reassentamento realizados pela Rio Tinto e Vale Moçambique, respectivamente. O Bairro 25 de Setembro situa-se nas imediações da vila de Moatize e foi sujeito a uma expansão para acomodar os reassentados urbanos da Vale Moçambique. Os dados colectados nestes locais foram submetidos a tratamento do tipo *Structural Equation Modeling* (SEM), concretamente na modalidade de análise factorial confirmatória (AFC), através do STATA 14. As variáveis latentes são responsabilidade social empresarial (RSE), protestos populares, arranjos institucionais, inclusão social e desenvolvimento local. De acordo com Acock (2013) o SEM oferece a possibilidade de utilizar indicadores múltiplos de cada variável latente e isolar medidas de erro, o que garante o seu poder preditivo.

Por conseguinte, a aplicação de variáveis binárias ao SEM resulta num modelo restritivo, cuja operacionalização está enquadrada no conceito de *threshold*. De facto, por detrás desta noção subjaz a ideia de que se houver uma variável contínua não observada que determina o valor da variável binária observada, então a variável contínua pode ser considerada uma propensão para a qual o valor observado poderá ser igual a 1, se certo valor na variável contínua foi excedido. Apesar de muitas variáveis binárias poderem ser vistas desta forma, a variável contínua subjacente não precisa de ser teorizada para ser aplicada ao modelo estatístico. A ideia de *threshold* constitui apenas uma ferramenta conceptual. Trata-se de uma ferramenta muitas vezes usada para explicar regressões probit e modelos lineares

generalizados mas também pode ser vista de forma análoga para regressões logísticas. Assim, o conceito é também usado em análise de correlações, sendo que a dicotomização de variáveis contínuas resulta na atenuação do coeficiente de correlação em comparação com um valor obtido de uma variável que não tenha sofrido dicotomização (Newsom 2015).

Contudo, na aplicação de variáveis binárias ou ordinais ao SEM não é apropriado utilizar o método de estimação regular *Maximum Likelihood* (ML), normalmente utilizado para variáveis contínuas, o que requer uma forma de estimação especial. Existem, portanto, duas abordagens comumente utilizadas para variáveis binárias, nomeadamente a *Marginal Maximum Likelihood* (MML) e *Weighted Least Squares* (WLS). O primeiro método (MML) assenta na função de ligação logit e tem sido muitas vezes utilizado em estudos de testes e medição no contexto da abordagem *Item Response Theory* (ITR) do que em abordagens gerais do SEM. O segundo método (WLS), na literatura do SEM também conhecido por *Asymptotic Distribution Free* (ADF) ou *Arbitrary Generalized Least Squares* (AGLS), pesa de forma diferente os resíduos derivados das matrizes de covariâncias obtidas. Uma das grandes vantagens desta estratégia de estimação é que oferece melhor informação sobre o erro, qui-quadrado e disponibilidade de vários índices de ajuste (Ibidem). É considerando as vantagens referidas que o SEM aqui proposto foi estimado com base neste segundo método, ADF.

De facto, a utilização do SEM³ nas análises sobre responsabilidades social empresarial das indústrias extractivas tem vindo a ganhar grande importância. Por exemplo, Moffat e Zhang (2014), através de uma *path analyses*, demonstram que a construção de confiança com as comunidades locais tem sido crucial para que as companhias mineiras australianas

³ Sobre a aplicação do SEM noutras áreas, incluindo aspectos metodológicos, veja-se Rakos et al. (2015), Garcia et al. (2011), Iacobucci (2010), Ullman (2006), Peacher (2006).

obtenham, e mantenham, a sua licença para operar. Outro estudo interessante produzido com recurso aos instrumentos de mensuração do SEM é o de Martín et al. (2014) que usa análise factorial confirmatória para desenvolver uma medida que capta a imagem das empresas do sector mineiro junto da sociedade. Com a produção desta escala os autores pretendem resolver os problemas de comunicação que acabam por danificar a imagem das empresas. No entanto, o presente trabalho apresenta-se como pioneiro na aplicação de variáveis binárias ao SEM, para a análise da actuação social de companhias extractivas em Moçambique.

3.1. HIPÓTESE TESTADA:

A extracção mineira em Tete tem sido acompanhada por um persistente empobrecimento, a médio prazo, das famílias directamente afectadas. Diante de tal desiderato, e devido às lógicas *top-down* do governo e das empresas, as comunidades reassentadas vêm-se na contingência de recorrer a protestos populares como forma de negociar melhores condições de vida. Estas manifestações, cujos intentos prendem-se com a satisfação de necessidades básicas humanas, acabam por gerar reajustes ao nível das políticas do sector mineiro.

3.2. DEFINIÇÃO DE CONCEITOS (variáveis latentes):

3.2.1. Protestos populares ou manifestações podem ser vistos como contestação e uma forma de crítica social (Macamo 2011) através da qual grupos de pessoas ou comunidades expressam o seu descontentamento perante resultados negativos de políticas públicas ou actuação do executivo no geral. De acordo com Bertelsen (2014),

os protestos populares podem ganhar a forma de greves e estratégias multisêmicas. Os protestos populares contra o sector mineiro são caracterizados por marchas nas quais os manifestantes podem até exigir a suspensão das actividades mineiras (Warnaars 2012), revoltas e distúrbios, incluindo confrontação com as forças policiais (Gardner 2012). Em Tete os protestos tomaram a forma de bloqueios: colocação de troncos e pedregulhos para impedir a circulação dos comboios das empresas mineiras, bloqueio à entrada dos escritórios das empresas mineradoras (com foi o caso da Carbomoc, onde funciona a Vale Moçambique) e das vias de acesso às minas, motins nos reassentamentos de Cateme e Mualadzi. Portanto, para a variável latente protestos populares são considerados os seguintes indicadores: participação em manifestações, percepção sobre os resultados socioeconómicos desses protestos e propensão para participar em futuras manifestações.

- 3.2.2. Responsabilidade Social Empresarial (RSE) é largamente definida como um “método de gestão empresarial no qual estão integradas, como estratégia de harmonização de lucratividade, (forma tradicional de olhar para o negócio) os aspectos sociais e acção ambiental [visão sustentável do desenvolvimento]” (Vintro e Comajuncosa 2010, 32), implementado como resposta às exigências dos principais actores envolvidos (Warnaars 2012). Blowfield e Frynas (2005) referem que o conceito de RSE não é homogéneo nem coerente tendo a sua utilização se tornado tão lata ao ponto de permitir que as pessoas a interpretem e adoptem para muitos e deferentes propósitos. Esta ambiguidade restringe a sua utilidade tanto analítica quanto como guia para decisores políticos. No entanto, Luning (2012) refere que RSE pode, por exemplo, ser definida como consistindo em projectos de construção de escolas ou melhoramento de modos de vida. Por seu turno, Crowson (2009) define-a como a capacidade de uma companhia comportar-se de forma ética, minimizando o seu impacto ambiental, definido da forma mais alargada possível, e tendo em

conta os interesses de longo prazo e o bem-estar dos seus trabalhadores, compradores e a comunidade em geral na qual opera. Em Moçambique a intervenção social das empresas mineradoras é norteada pela política de responsabilidade social empresarial para a indústria extractiva (Resolução nº 21/2014), lançada pelo Ministério dos Recursos Minerais e Energia. A política ancora na ISO 26000 da Organização Internacional de Normalização. Para medir a presente variável latente são utilizados três indicadores de responsabilidade social, nomeadamente emprego, formação profissional e acesso a programas de desenvolvimento social.

3.2.3. Arranjos Institucionais – são as regras do jogo numa sociedade ou, mais formalmente, são os constrangimentos idealizados que estruturam a interacção humana. Os arranjos institucionais são enquadrados pela ordem constitucional e estabelecidos através da interacção humana ou colectiva, constituindo os instrumentos que governam as relações numa sociedade. As instituições são compostas por normas formais e informais (North 1990). Portanto, para medir a eficácia dos arranjos institucionais do sector mineiro são considerados também três indicadores: percepção sobre o impacto das leis do sector mineiro no desenvolvimento comunitário, a influência das políticas do sector mineiro na vida das pessoas afectadas e o conhecimento sobre transferências de parte das receitas da mineração para o desenvolvimento comunitário.

3.2.4. Desenvolvimento Local ou comunitário é definido pelas companhias mineiras como actividades estratégicas concebidas para melhorar as condições sociais e económicas das comunidades hospedeiras. Estas acções vão desde o provimento do acesso à saúde e nutrição, educação, desporto e cultura e actividades de geração de rendimento, incluindo serviços agrários, infra-estruturas de marketing e desenvolvimento da pecuária (KPMG 2010, Vale Moçambique 2013). Deste modo, cinco indicadores compõem a nossa variável latente: (1) percepção sobre a influência das actividades

das empresas no desenvolvimento da comunidade, (2) situação socioeconómica: pobre, (3) situação socioeconómica: melhor do que antes, (4) percepção sobre a influência da actividade mineira nos membros individuais da comunidade, e (5) percepção acerca da riqueza impulsionada pela actividade mineira na comunidade.

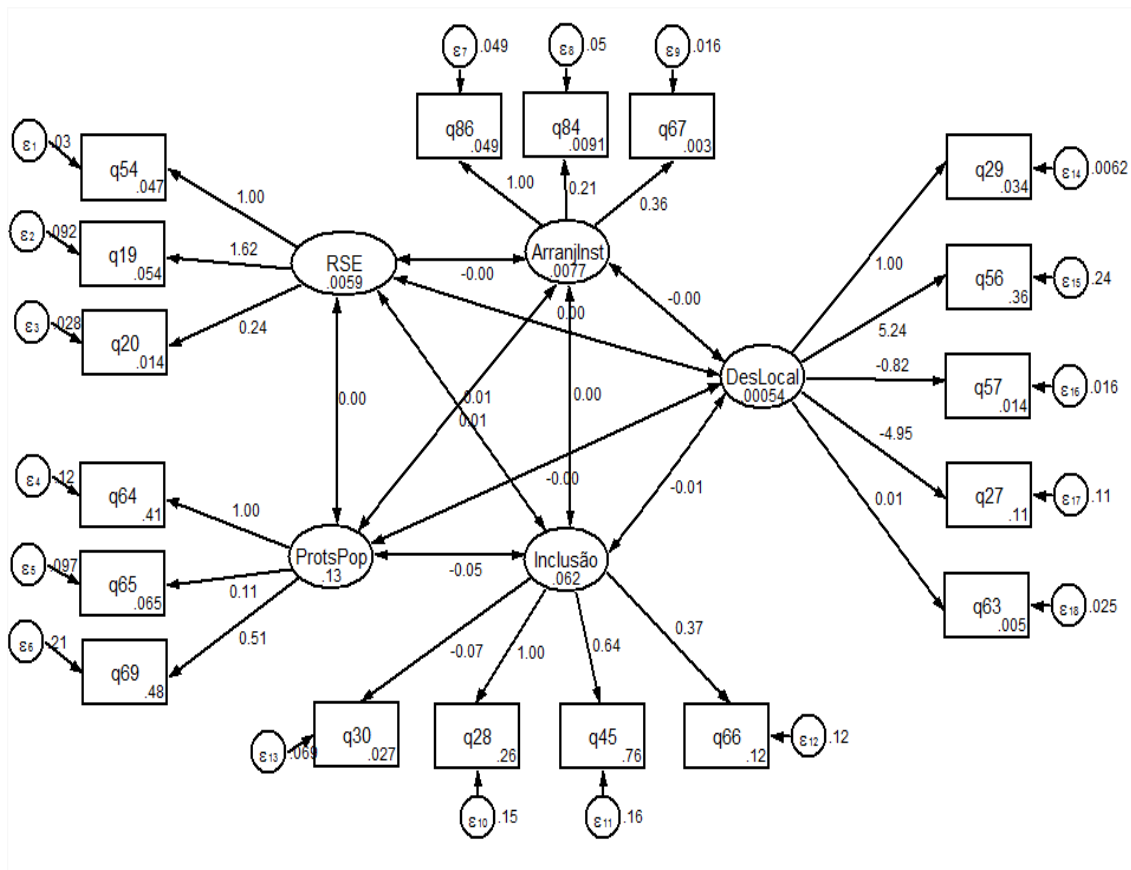
3.2.5. Inclusão Social é pelo Banco Mundial (2013) definido como o processo de melhoramento das condições individuais e de grupo para que estas tomem parte da sociedade. Através dos programas e políticas que visam aumentar a inclusão social procura-se conferir poder às pessoas pobres e marginalizadas para que estas tirem vantagens das oportunidades disponíveis a nível global. Assegura-se que as pessoas tenham uma voz nas decisões que afectam as suas vidas e que beneficiem igualmente do acesso aos mercados, serviços e espaços físicos sociais e políticos. Pelo que os indicadores que reflectem a inclusão social nesta variável latente são: (1) acesso a escola, postos de saúde e policial, (2) percepção sobre a disponibilidade de canais de comunicação, (3) Conhecimento acerca de qualquer tipo de mecanismo de resolução de problemas na comunidade, e (4) a influência das Organizações da Sociedade Civil (OSC's) na defesa dos interesses das comunidades afectadas.

4. MODELO E RESULTADOS

4.1. VARIÁVEIS E SUAS DESIGNAÇÕES

Variável	Designação
q19	Beneficia de algum tipo de projecto de desenvolvimento social oferecido pelas companhias mineiras (nomeadamente Vale Moçambique ou Rio Tinto)?
q20	Beneficiou de alguma formação realizada pela companhia que o reassentou?
q27	Acha que estes projectos ou programas melhoram a vida?
q28	Acha que existem canais de comunicação para a resolução dos problemas da comunidade?
q29	Acha que a actividade da empresa ajuda a comunidade a desenvolver?
q30	Passai a ter acesso fácil a escola, posto de saúde e polícia.
q45	Conhece algum mecanismo de resolução de conflitos na comunidade?
q54	Possui emprego em alguma mineradora?
q56	Situação socioeconómica: Pobre
q57	Situação socioeconómica: Melhor que antes
q63	Acha que a mineração ajuda a criar riqueza na comunidade?
q64	Participou em algum protesto popular?
q65	Depois dos protestos a vida melhorou?
q66	Acha que as OSC dão voz aos problemas dos reassentados?
q67	Acha que as políticas do sector mineiro estão a melhorar a vida das pessoas afectadas?
q69	Se o convidarem a participar de um protesto popular vai aceitar?
q84	Acha que as leis produzidas para a indústria extractiva acautelam as questões de desenvolvimento das comunidades?
q86	Sabia que por lei uma parte das receitas da indústria extractiva deve ser canalizada para o distrito onde a extracção ocorre?

4.2. O MODELO (Análise Factorial Confirmatória)



4.3. TABELA DE RESULTADOS (não padronizados)

Measurement	Coef.	Std. Err.	Z	P> z	[95% Conf. Interval]
q54 <- RSE	1(constrained)				
Const.	.0470239	.0104483	4.50	0.000	.0265457 .0675021
q19 <- RSE	1.6168	.9547373	1.69	0.090	-.2544504 3.488051
Const.	.0542665	.0132193	4.11	0.000	.0283572 .0801758
q20 <- RSE	.2412986	.1767139	1.37	0.172	-.1050543 .5876514
Const.	.013849	.0072502	1.91	0.056	-.0003611 .028059
q64 <- Protestos Populares	1(constrained)				

Const.	.4099709	.0243448	16.84	0.000	.362256	.4576857
q65 <- Protestos Populares	.1147472	.058327	1.97	0.049	.0004284	.229066
Const.	.0650413	.0134936	4.82	0.000	.0385944	.0914882
q69 <- Protestos Populares	.5143566	.1725633	2.98	0.003	.1761388	.8525743
Const.	.4763686	.0246851	19.30	0.000	.4279867	.5247504
q28 <- Inclusão	1 (constrained)					
Const.	.2561462	.023929	10.70	0.000	.2092463	.3030461
q45 <- Inclusão	.6444925	.1583679	4.07	0.000	.3340971	
Const.	.7572409	.0219709	34.47	0.000	.9548878	.7141787
					.8003032	
q66 <- Inclusão	.375	.0997458	3.76	0.000	.1795017	
Const.	.1212829	.0164866	7.36	0.000	.5704983	
					.0889698	.153596
q30 <- Inclusão	-.0693792	.0455057	-1.52	0.127	-.1585688	
Const.	.0271021	.0087873	3.08	0.002	.0198104	
					.0098793	.044325
q86 <- Arranjos Institucionais	1 (constrained)					
Const.	.0494694	.0107189	4.62	0.000	.0284608	.070478
q84 <- Arranjos Institucionais	.2061387	.2148954	0.96	0.337	-.2150485	
Const.	.0090663	.0066156	1.37	0.171	.6273258	
					-.0038999	.0220326
q67 <- Arranjos Institucionais	.3585573	.3119126	1.15	0.250	-.2527802	
Const.	.0029805	.0042316	0.70	0.481	.9698949	
					-.0053132	.0112742
q29 <- Desenvolvimento Local	1 (constrained)					
Const.	.0340047	.0106731	3.19	0.001	.0130859	.0549235
q56 <- Local Development	5.237652	2.704273	1.94	0.053	-.0626251	
Const.	.3638027	.025553	14.24	0.000	10.53793	
					.3137198	.4138857
q57 <- Local Development	-.8247018	1.099697	-0.75	0.453	-2.980069	
Const.	.014422	.0049523	2.91	0.004	1.330665	
					.0047156	.0241284
q27 <- Desenvolvimento Local	-4.945241	2.614711	-1.89	0.059	-10.06998	
Const.	.1074186	.0173782	6.18	0.000	.1794995	

					.073358	.1414791
q63 <- Desenvolvimento Local	.0053303	.3359995	0.02	0.987	-.6532166	.6638773
Const.	.0049502	.0063444	0.78	0.435	-.0074845	.0173849
var(e.q54)	.0303019					
var(e.q19)	.0923163					
var(e.q20)	.0275017					
var(e.q64)	.1195205					
var(e.q65)	.0967322					
var(e.q69)	.2126469					
var(e.q28)	.1498952					
var(e.q45)	.164786					
var(e.q66)	.1221229					
var(e.q30)	.069189					
var(e.q86)	.049327					
var(e.q84)	.0495345					
var(e.q67)	.0159515					
var(e.q29)	.0061507					
var(e.q56)	.2407147					
var(e.q57)	.0156082					
var(e.q27)	.1084493					
var(e.q63)	.0251417					
var(RSE)	0058633	.0050625			.0010794	.0318482
var(ProtsPop)	.1250157	.0405209			.0662319	.2359727
var(Inclusão)	.0618148	.0176562			.0353152	.1081987
Var(ArranjInst)	.0076694	.0130575			.0002726	.2157609
Var(DesLocal)	.0005358	.00059			.0000619	.0046376
cov(RSE,ProtsPop)	.002603	.0034961	0.74	0.457	-.0042492	.094552
cov(RSE,Inclusão)	.0071865	.0034272	2.10	0.036	.0004693	.0139038
cov(RSE,ArranjInst)	-.0018527	.0012246	-1.51	0.130	-.004253	.0005475
cov(RSE,DesLocal)	.00009	.0003605	0.25	0.803	-.0006165	.007965
cov(ProtsPop,Inclusão)	-.0450683	.0101899	-4.42	0.000	-.0650401	-.0250965
cov(ProtsPop, ArranjInst)	.0116684	.0053892	2.17	0.030	.0011058	.022231
cov(ProtsPop,DesLocal)	-.0004104	.0014436	-0.28	0.776	-.0032398	.0024189
cov(Inclusão,ArranjInst)	.0046617	.0026868	1.74	0.083	-.0006044	.0099279
cov(Inclusão,DesLocal)	-.0080189	.0042144	-1.90	0.057	-.016279	.0002413
cov(ArranjInst,DesLocal)	-.0013998	.000987	-1.42	0.156	-.0033344	.0005347
Structural Equation Modeling						
Number of Obs. = 306						
Estimation Method = ADF						
Discrepancy = .40529281						
chi2_bs(153) = 365.606, P > chi2 = 0.000						

5. DISCUSSÃO

Os resultados da análise factorial confirmatória reforçam a centralidade da principal hipótese desta análise, mostrando covariância entre a responsabilidade social empresarial das empresas extractivas e os protestos populares (0.74). De facto, embora na fase de instalação as empresas tenham providenciado algum emprego ao nível local, actualmente verifica-se um desemprego generalizado nos reassentamentos e, em muitos casos, as formações profissionais oferecidas pela Vale Moçambique e Rio Tinto não se têm traduzido em absorção dessa força de trabalho pelas empresas nem em auto-emprego. A este elemento acresce-se a fraca presença de pequenas e médias empresas ligadas aos projectos e com capacidade de gerar efeitos multiplicadores (Massingue e Muianga 2013, Castel-Branco 2010 e 2015, Langa e Mandlate 2013). Contudo, a fraca robustez da covariância entre RSE e protestos populares parece indicar para a pertinência de outros tipos de leitura assentes, por exemplo, na análise histórica comparada. Dado a indústria extractiva intensificar as desigualdades e a pobreza ao nível local, esta poderá representar apenas o rastilho para a expressão popular da exclusão que historicamente atravessa estas comunidades do Alto Zambeze (Chivangue, Forthcoming).

Por outro lado, as incertezas relativamente a projectos de desenvolvimento social como avicultura, fomento pecuário e horticultura e, sobretudo, a sua limitada abrangência propiciam a insatisfação das comunidades deslocadas, o que aumenta a sua propensão para protestar contra o que compreendem ser condições sociais sub-óptimas. Curiosamente, o modelo mostra efeito de causalidade entre RSE e inclusão social (2.10), podendo tal significar que a actuação social das empresas aumenta o acesso a infra-estruturas de apoio como escola, posto de saúde e policial. Adicionalmente, a RSE parece incrementar o conhecimento e acesso aos mecanismos de resolução de conflitos na comunidade.

Além disso, a RSE afecta positivamente as organizações da sociedade civil locais. Contudo, não deixaríamos de referir que este resultado é contra-intuitivo, dado o papel marginal das OSC's na gestão e monitoria dos projectos sociais das empresas extractivas. No que concerne ao acesso às infra-estruturas de educação, saúde e polícia, essa disponibilização não é acompanhada pelo equivalente serviço de qualidade, sendo que, com a excepção das escolas, os postos de saúde são por muitos apontados como não dispendo de medicamentos

nem de pessoal técnico em número suficiente (Mosca e Selemane 2012, Selemane 2009, 2013). O mesmo cenário observa-se no caso dos postos policiais pois estes não dispõem de meios para desenvolverem o seu trabalho, o que os obriga a recorrer ao limitado apoio de estruturas informais como a polícia comunitária, disponível apenas em algumas comunidades.

Todavia, os resultados da AFC indicam forte influência dos protestos populares nos arranjos institucionais do sector mineiro (2.17). Com efeito, os protestos populares não só permitiram melhorias relativas, e numa extensão limitada, das condições de vida das famílias deslocadas pela Vale Moçambique e Rio Tinto, mas também geraram um intenso debate ao nível do executivo, culminando com revisões e criação de novos dispositivos legais e políticos. Surpreendentemente, e longe do que se podia esperar, tudo indica que os protestos populares não exercem nenhum efeito sobre a inclusão social (-4.42). Contudo, parte da resposta para esta falta de causalidade poderá ser explicada pelo facto de os indicadores de inclusão social não constituírem o objecto directo por detrás do descontentamento generalizado. Outra explicação possível poderá estar relacionada com o facto de muitos destes mecanismos de inclusão já estarem presente antes do *boom* dos recursos naturais e da chegada das mineradoras a Tete.

Não obstante, as variáveis latentes inclusão social e arranjos institucionais apresentam covariância (1.74), mostrando a relevância dos mecanismos de concertação social da comunidade na canalização do fluxo de informação passível de influenciar os processos de concepção e implementação de políticas públicas ao nível central. Apesar disso, e estranhamente, os resultados indicam que as fórmulas de inclusão social disponíveis na comunidade não exercem influência sobre as iniciativas de desenvolvimento local das empresas (-1.90). O mesmo sucede com as variáveis latentes arranjos institucionais e desenvolvimento local pois estas não apresentam nenhuma relação de causalidade (-1.42). Este último resultado parece indicar que a criação de dispositivos legais para reduzir as externalidades negativas da indústria extractiva constitui apenas medida paliativa. De facto, esta análise mostra o quão complexas são as dinâmicas de investimento social das empresas, políticas públicas e protestos populares, ressaltando-se o carácter emergente da gestão da extracção mineira no país.

Estes resultados são consistentes com a discussão relativa à eficácia das políticas públicas e desenvolvimento em Moçambique, na qual autores como Macuane (2012)

argumentam não haver, por parte do executivo, acumulação de conhecimento através de redes de políticas no âmbito do PARP. Este raciocínio é secundado por Castel-Branco e Mandlate (2012) ao enfatizarem o facto de o PARP não informar nem ser informado pelas dinâmicas extractivas nacionais. Assim, embora os arranjos institucionais do sector mineiro sejam afectados pelos protestos, no entanto, porque desligados de outros instrumentos de planificação e governação, acabam por ter impacto limitado (Muianga 2012) na produção de respostas efectivos em matérias de desenvolvimento alargado e de longo prazo.

6. CONCLUSÕES

Os protestos populares em Tete têm um carácter distinto daqueles ocorridos em Maputo e Matola, em 2008 e 2010. Os designados sismos sociais⁴ ou revoltas da fome (De Brito et al. 2015) têm sido apontados na literatura como formas emergentes de acção colectiva (Chaimite 2014). Quando comparados com os protestos recorrentes em Tete, estes últimos apresentam resultados diferentes na medida em que dão origem a instrumentos de política, concretamente de gestão da extracção mineira no país. No entanto, uma análise preliminar indica que os impactos sociais da resposta do executivo a cada tipo de protesto convergem num único aspecto: nenhuma dessas respostas parece reduzir a exclusão social e a pobreza sob o ponto de vista de acesso a rendimentos e integração nos mercados (até mesmo no informal).

A análise fornecida neste texto distancia-se da corrente de autores que defendem o carácter limitado das manifestações populares (Macamo 2011), ancorando no fundamento segundo o qual elas não representam uma forma efectiva de debate político na esfera pública e, conseqüentemente, sem influência no desenvolvimento da democracia. O presente exercício de Análise Factorial Conformatória procura, de forma plausível, demonstrar a primazia dos protestos no debate sobre políticas públicas sectoriais, confirmando-se inclusive intuições outrora levantadas por institucionalistas históricos como Pierson (2004) sobre instituições como políticas públicas e como elas são influenciadas pela acção colectiva.

De facto, os resultados deste artigo indicam a existência de relações causais entre RSE, protestos populares e a criação de dispositivos legais como o regulamento de reassentamento (Decreto nº31/2012) e a política de responsabilidade social empresarial (Resolução nº 21/2014). Portanto, os protestos populares em Tete vão muito para além do seu propósito – centrado na renegociação das condições de vida – passando a configurar uma espécie de participação nos processos de tomada de decisão sobre a indústria extractiva.

⁴ Expressão utilizada pela primeira vez por Carlos Serra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acemoglu, Daron, James Robinson. 2012. *Why Nations Fail. The Origins of Power, Prosperity and Poverty*. Londres: Profile Books.

Acock. Alan C. 2013. *Discovering Structural Equation Modeling Using Stata*. EUA: Stata Press.

Augé, Benjamin. 2014. *Gas in Mozambique, a High-risk Economic Revolution*. Note de L'fri. Sub-Saharan Africa Program.

Bach, Daniel C. 2013. "Africa in International Relations: The Frontier as Concept and Metaphor." *South African Journal of International Relations*, Vol.20, N°1, 1-22.

Bebbington, Anthony, Leonith Hinojosa, Denise Humphreys Bebbington, Maria Luisa Burneo and Ximena Warnaars. 2008. "Contention and ambiguity; Mining and the Possibilities of Development". *Development and Change*, 39 (6): 887-914.

Bertelsen, Bjorn Enge. 2014. Effervescence and Ephemerality: Popular Urban Uprising in Mozambique. *Ethos, Journal of Anthropology*, pp. 1-28.

Biggs, Tyler. 2012. *Mozambique's Coming Natural Resources Boom. Expectations, Vulnerabilities, and Policies for successful Management*. USAID - From the American People/ SPEED – For a Better Business Environment. Draft.

Bond, Patrick. 2007. "Primitive Accumulation, Enclavity, Rural Marginalisation & Articulation". *Review of African Political Economy*, 34:111, 29-37.

Bucuane, Aurélio, Peter Mulder. 2007. *Exploring Natural Resources in Mozambique, Will it be a Blessing or a Curse?* Conference Paper N° 04, Maputo: IESE.

Blowfield, Michael, Jędrzej George Frynas. 2005. "Setting New agendas: Critical Perspectives on Corporate social Responsibility". *International Affairs*, 81, 3,499-513.

Brynildsen, Øygunn Sundsbø, Dionísio Nombora. 2013. *Mineração sem Desenvolvimento: o caso da mina da Kenmare em Moma, Moçambique*. Maputo: CIP e Eurodad.

Cahen, Michel. 1993. "Check on Socialism in Mozambique: What Check? What Socialism?" *Review of African Political Economy*, N° 57, 46-59.

Castel-Branco, Carlos Nuno. 2010. *Economia Extractiva e desafios de Industrialização em Moçambique*. Cadernos IESE N° 1. Maputo: IESE.

_____. 2011. *Dependência de Ajuda Externa, Acumulação e Ownership*. Cadernos IESE N° 7. Maputo: IESE.

_____. 2012. “PARP 2011-2014: Contradições, Tensões e Dilemas”. In De Brito, Luís, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco, eds. *Desafios Para Moçambique 2012*. Maputo: IESE. 105-116.

_____. 2015. “Growth, Capital Accumulation and Economic Porosity in Mozambique: Social Losses, Private Gains”. *Review of African Political Economy*.

Castel-Branco, Carlos Nuno, Oksana Mandlate. 2012. “Da Economia Extractiva à Diversificação da Base Produtiva: O Que Pode o PARP Utilizar da análise do Modo de Acumulação em Moçambique?” In De Brito, Luís, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco, eds. *Desafios Para Moçambique 2012*, Maputo: IESE. 117-144.

Centro de Integridade Pública. 2013. *Exportações de Gás de Pande Temane para a África do Sul: primeiros grandes projectos do sector extractivo frustram as expectativas dos moçambicanos*. Maputo.

Chaimite, Egídio. 2014. “Das Revoltas às Marchas: Emergência de Reportório de Acção Colectiva em Moçambique”. In *Desafios Para Moçambique 2014*, De Brito, Luís, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, Salvador Forquilha e António Francisco, eds. Maputo: IESE. 83-98.

Chang, Ha-Joon. 2012. *Industrial Policy: Can Africa Do It?* Paper presented at IEA/World Bank Roundtable on Industrial Policy in Africa, Pretoria, South – Africa.

Chivangue, Andes, Edson Cortez. 2015. An Analysis of Mozambique’s Political and economic Networks. Working Paper CEsa CSG 136/2015.

De Brito, Luis, Egídio Chaimite, Crescêncio Pereira, Lúcio Posse, Michael Sambo e Alex Shankland. 2015. *Revoltas da Fome: Protestos populares em Moçambique (2008-2012)*. Cadernos IESE No 14P/2015.

Garcia, Maria Teresa Medeiros, Carlos Pestana Barros, António Silvestre. 2011. “Saving Behaviour: Evidence from Portugal.” *International Review of Applied Economics*, 25:2, 225 - 238.

Gardner, Katy, Zahir Ahmed, Fatema Bashir, Masud Rana. 2012. “Elusive Partnerships: Gas Extraction and CSR in Bangladesh”. *Resources Policy*, 37, 168-174.

Hanlon, Joseph. 2004. ‘Do Donors Promote Corruption?: The Case of Mozambique’. *Third World Quarterly*, 25, 4, 747–763.

Hofmann, Katharina, Adrian de Sousa Martins. 2012. *Descoberta de Recursos Naturais em Moçambique. Riqueza para todos ou um meio de sair da pobreza?* Perspectiva. Friedrich Ebert Stiftung.

Hofmann, Katharina. 2013. *Economic Transformation in Mozambique. Implications for Human Security*. International Policy Analysis. Friedrich Ebert Stiftung.

Iacobucci, Dawn. 2010. “Structural Equation Modeling: Fit Índices, Sample Size, and Advanced Topics”. *Journal of Consumer Psychology*, 20, 90-98.

Jubelee Debt Campaign. 2012. *Desenvolvimento de Quem? A Fundação de Alumínio da Moçal em Moçambique*. 3-23.

Langa, Epifânia, Oksana Mandlate. 2013. “Questões à Volta de Ligações a Montante com a Mozal.” In *Desafios para Moçambique 2013*, De Brito, Luís, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, Salvador Forquilha e António Francisco, eds. Maputo: IESE. 175-210.

Langa, Epifânia, Nelsa Massingue. 2014. “Indústria Extractiva e Desenvolvimento Local: O Papel da Responsabilidade Social Empresarial”. In *Desafios Para Moçambique 2014*, De Brito, Luís, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, Salvador Forquilha e António Francisco, eds. Maputo: IESE. 229-245.

Macagno, Lorenzo. 2009. “Fragmentos de Uma Imaginação Nacional”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 24, N°70.

Macamo, Elísio. 2006. *Political Governance in Mozambique*. Final Report. DFID – Mozambique.

_____. 2011. “Social Criticism and Contestation: Reflections on the Politics of Anger and Outrage”. *Stichproben. Wiener Zeitschrift für Kristische Afrikastudien* Nr. 20/2011, 11. Jp., 45-68.

Martín, António Ruiz, Manuel Rodriguez Díaz, José António Ruíz San Román. 2014. “Measure of the Mining Image.” *Resources Policy*, 41, 23-30.

Moffat, Kieren, Airon Zhang. 2014. “The Paths to Social Licence to Operate: An Integrative Model Explaining Community Acceptance of Mining.” *Resources Policy*, 39, 61-70.

Mosca, João, Tomás Selemene. 2012. Mega-Projectos no Meio Rural, Desenvolvimento do Território e Pobreza: o Caso de Tete. In De Brito, Luís, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco, eds. *Desafios Para Moçambique 2012*, Maputo: IESE. 231-256.

_____. 2011. *El Dorado Tete: Os Mega Projectos de Mineração*. Maputo: CIP.

Mosca, João. 2012. *Economia Moçambicana 2001-2010: um mix de populismo económico e mercado selvagem*. CEsA WP 114/2012.

Muianga, Carlos. 2012. “Desafios de Desenvolvimento da Base Produtiva: Um Olhar a Partir do PARP 2011-2014”. In De Brito, Luís, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco, eds. *Desafios Para Moçambique 2012*. Maputo: IESE. 213-220.

Newsom, James. 2015. *Longitudinal Structural Equation Modeling: A Comprehensive introduction*. Portland State University.

- North**, Douglass C. 1990. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Pierson**, Paul. 2004. *Politics in Time. Historical Institutionalism and Social Analysis*. Reino Unido: Princeton University Press.
- Preacher**, J. Kristopher. 2006. Quantifying Parsimony in Structural Equation modeling. *Multivariate Behavioral Research*, 41 (3), 227-259.
- Rakos**, Athanasios, Alexandros Theodoridis, Christos Batziros. 2015. “Public Awareness Concerning the Multifunctionality of Cypriot.” *Agriculture and Agricultural Sciences Procedia*, 4, 147-157.
- Rodon**, Jenik, Laixa Lizardo, Samira Nikaein, Christine Lio Capilauto, Dionísio Nombora, Alexandra Miller. 2012. *Comment Letter on the Revision of the Petroleum Legislation of Mozambique*. Maputo: Observatório Moçambicano da Governação.
- Saad-Filho**, Alfredo, John Weeks. 2013. “Curses, Diseases and Other Resource Confusions”. *Third World Quarterly*, 34:1, 1-21.
- Selemane**, Tomás. 2009. *Alguns Desafios da Indústria Extractiva. Em Moçambique*. Maputo: CIP.
- Selemane**, Thomas. 2013. *Com Enormes Reservas, Insuficientes Vias de escoamento e Sem Estradas Moçambique Tenta entrar na Lista dos Maiores Produtores de Carvão e Gás*. Boletim sobre o Processo Político em Moçambique, N° 53 (15 de Fevereiro), Maputo: AWEPA-CIP.
- Söderbaum**, Fredrik. 2007. “Blocking human potential: how formal policies block the informal economy in the Maputo corridor”. In *Linking the formal and informal economy, concepts and policies*, ed. Guha-Khasnobis, Basuded, Ravi Kanbur e Elionor Ostrom, 163-178. Nova Iorque: Oxford University Press
- Sonne-Schmidt**, Christoffer, Channing Arndt, Mónica Magaua. 2009. *Contribution of Mega-Projects to GDP in Mozambique*. II Conference of IESE, Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação Económica em Moçambique. Maputo: IESE. 1-13.
- Sumich**, Jason, João Honwana. 2007. *Strong Party, Weak state? Frelimo and State Survival Through the Mozambican Civil War: An Analytical Narrative on State Making*. Crisis States Research Centre Working Papers N° 2, LSD.
- Sumich**, Jason. 2008. “Politics after the Time of Hunger in Mozambique: A Critique of Neo-Patrimonial Interpretation of African Elites”. *Journal of Southern African Studies*. 34:1, 111-125.
- Ullman**, Jodie B. 2006. “Structural Equation Modeling: Reviewing the Basics and Moving Forward.” *Journal of Personality Assessment*, 87 (1), 35-50.

Vintro, Carla e Josep Comajuncosa. 2010. “Corporate Social Responsibility in the Mining Industry: Criteria and Indicators”. *Dyna* 77, 161, 31-41.

Warnaars, Ximena S. 2012. “Why be Poor When We Can Be Rich? Constructing Responsible Mining in El Pangui, Ecuador”. *Resources Policy*, 37, 223-232.

World Bank Mozambique. 2014. *Sharing Natural Resource Revenues with Affected Communities: Policy Options for Mozambique*. Policy Note. Maputo: The World Bank.

Vale Moçambique. 2013. *Relatório de sustentabilidade*.

Savana. 2015. “Comunidades Abandonadas e Enclausuradas em Zonas de Mineração em Tete.” Iracema Maiópue Bila, 06.02.2015.

LEGISLAÇÃO:

Decreto nº 31/2012 – Regulamento sobre o Processo de Reassentamento

Resolução nº 21/2014 – Política de Responsabilidade Social Empresarial para a Indústria Extractiva de Recursos Minerais.